

NARRATIVAS DE MULHERES DISCENTES COM DEFICIÊNCIA SOBRE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANDREZA VIDAL BEZERRA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

JACKELINE SUSANN SOUZA DA SILVA

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil

RESUMO: É fato que o avanço político e legal, da virada do século, impulsionou reformas em prol da educação inclusiva no sistema de ensino brasileiro. No entanto, se tratando da inclusão de grupos específicos na educação superior, ainda há invisibilidade das barreiras enfrentadas por mulheres com deficiência na formação universitária. A partir desta problemática, esta investigação tem como objetivo analisar narrativas de mulheres com deficiência nordestinas sobre a condições de aprendizagem na educação superior. O presente estudo realizou-se por meio da Pesquisa Participante que envolveu o diálogo com mulheres discentes com deficiência em encontros remotos. Os principais resultados indicam que a aprendizagem na educação superior depende de diferentes circunstâncias, sobretudo, da eliminação de barreiras atitudinais com relação à expectativa docente acerca da capacidade das estudantes com deficiência de aprender e de exercer a profissão adquirida na formação universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher com Deficiência; Educação Superior; Inclusão; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Ao revisitarmos a história da Educação Superior no Brasil, podemos observar um passado marcado por um sistema educacional exploratório, colonizador e excludente, que privilegiou a aristocracia, pessoas com recursos financeiros e conexões políticas (Flores, 2017). No entanto, com o progresso dos movimentos sociais em favor de uma educação para todos/as, testemunhamos um significativo aumento no ingresso na educação superior de grupos historicamente excluídos, incluindo mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

As reformas educacionais, iniciadas a partir do final do século passado, têm modificado a estrutura da educação superior em favor da inclusão. Essa conquista é fruto, para além das lutas de grupos sociais, da Constituição de 1988 que determina o princípio da igualdade, sem discriminação, no acesso aos níveis educacionais, incluindo a educação superior (Brasil, 1988). Inspirada na Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, dedica o Capítulo V à Educação Especial, sendo essa uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino com foco no atendimento educacional e serviços especializados, bem como na

formação de recursos humanos para a garantia, também, do ingresso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior (Brasil, 1996).

Quando remete-se a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Superior, é importante destacar a relevância do Programa Incluir na promoção, criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES), cujo objetivo principal é reduzir as inúmeras barreiras identificadas nos ambientes acadêmicos (Brasil, 2013).

Nesse sentido, no que concerne ao acesso à Educação Superior, destaca-se a Lei nº 12.711/2012, comumente nomeada como "lei de cotas", a qual estabelece um programa especial cujo intuito é promover a equidade no acesso às instituições federais de educação superior e ao ensino técnico de nível médio. No entanto, as pessoas com deficiência só passaram a ser efetivamente incluídas nesse sistema a partir da Lei nº 13.409/2016, que alterou a legislação vigente para garantir a reserva de vagas também para esse grupo, fortalecendo, assim, seu ingresso na Educação Superior. Em 2023, a Lei nº 14.723 aprimorou esse sistema, assegurando a continuidade da política de reserva de vagas e ampliando mecanismos de acompanhamento e avaliação para fortalecer sua efetividade.

As evoluções contínuas nos marcos políticos e históricos que abordam a inclusão de pessoas com deficiência, fomentam a ampliação do diálogo sobre educação inclusiva com um foco na diversidade, em particular, na atenção às mulheres e meninas com deficiência, uma vez que elas constituem um grupo plural com demandas específicas. Com isso, torna-se necessário garantir a formulação de políticas que ajudem a reduzir os obstáculos que enfrentam, reconhecendo que as mulheres com deficiência estão em uma posição potencialmente vulnerável em comparação com aquelas sem deficiência e homens na mesma condição, conforme artigo 6º, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006).

Alinhando-se às discussões atuais sobre gênero e deficiência na Educação Superior, o presente artigo tem como objetivo analisar narrativas de mulheres com deficiência nordestinas sobre as condições de aprendizagem na educação superior.

Neste contexto, este artigo está dividido da seguinte maneira. Inicialmente, apresenta-se a problemática do tema delimitado com reflexões sobre a relação entre gênero e deficiência na educação superior à luz de pesquisas atuais. Logo após, são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa participante desenvolvida nesta investigação. E por último, caracteriza os dados coletados com discussão acerca das narrativas das participantes. Por fim, as considerações das autoras enfatizam os achados principais do estudo com análises acerca das proposições de pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao analisar a intersecção entre gênero e deficiência na Educação Superior, Silva (2020) conclui que essa é uma área pouco explorada na literatura acadêmica. Além disso, revela que a universidade se apresenta como uma estrutura excludente, com desafios que vão desde o acesso até a permanência e a obtenção do diploma. Com base nessas

BEZERRA, A. V., FARIAS, A. Q. de, SILVA, J. S. S. da

constatações, a autora recomenda ampliar os estudos sobre essa temática, visando fomentar a implementação de políticas de acessibilidade e equidade de gênero, promovendo assim um ambiente acadêmico inclusivo e acolhedor.

Em consonância com Silva (2020), ao realizar uma pesquisa bibliográfica, Beche e Mendes (2023) revelam que há: “[...] baixa produção científica e de artigos sobre o grupo foco; predominância do “capacitismo” na produção científica, ainda que não valorizado na maioria dos artigos analisados; e presença da interseccionalidade como epistemologia de base em algumas produções” (p.1). Tais descobertas, ressaltam a complexidade política e ética das pesquisas que discutem sobre a presença das mulheres com deficiência na Educação Superior. Além disso, Beche e Mendes (2023) sinalizam a necessidade de mobilizar e conectar uma rede de pesquisadores/as, cujo intuito seja concentrar esforços em benefício desse grupo com vivência de múltiplas formas de opressão, seja por questões de gênero, seja por deficiência.

A literatura indica ainda, que o acesso de mulheres com deficiência à Educação Superior é permeado por concepções capacitistas que constituem barreiras nos processos seletivos para ingresso nessa etapa de ensino (Farias; Bezerra; Pita, 2023). O estudo de Farias, Bezerra e Pita (2023) ressalta ainda que essas concepções limitam as escolhas profissionais das mulheres com deficiência, tornando, portanto, essencial garantir um sistema educacional acessível e anticapacitista para combater interferências externas nas decisões das estudantes com deficiência para maior autonomia.

Faz-se necessário reconhecer que, mais do que o ingresso à formação universitária, é preciso que as políticas de inclusão promovam acessibilidade na aquisição de aprendizagem das mulheres com deficiência, uma vez que, conforme as palavras de Morin (2016, p. 31) “[...] o conhecimento permanece como uma aventura, para a qual a educação deve fornecer o apoio indispensável”.

A aprendizagem na Educação Superior tem uma função social na formação humana e profissional, podendo ampliar as oportunidades de inserção acadêmica e laboral de mulheres com deficiência. Com isso, as ações para equidade devem focar o acesso ao repertório de conhecimentos da Educação Superior às mulheres com deficiência, de modo que contribua para a promoção da igualdade de oportunidades dentro e fora da universidade.

No entanto, é evidente que, as mulheres com deficiência que estão na Educação Superior vivenciam desafios significativos para sua aprendizagem, tanto devido às barreiras pedagógicas presentes no ambiente acadêmico quanto às múltiplas responsabilidades sociais que lhes são atribuídas. Paradoxalmente, enquanto acumulam múltiplos papéis, são também alvo de preconceitos e estereótipos que restringem suas oportunidades e dificultam sua participação e aprendizagem em igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico (Bezerra, 2024).

Diante desse entendimento, a seguir, apresentamos o percurso metodológico adotado para alcançar o objetivo deste estudo.

PERCURSO METODOLÓGICO

A crescente necessidade de investir na acessibilidade no processo de acesso, permanência, participação e aprendizagem de discentes com deficiência é o fator motivador para o desenvolvimento de uma proposta submetida à Chamada de Produti-

vidade (Edital nº 03/2020) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A proposta em questão é a pesquisa intitulada “Mulheres Com Deficiência no Ensino Superior: Analisando a Política de Inclusão e Acessibilidade nas Universidades Federais Nordestinas”, a qual se apresenta em conformidade com as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa, que aprovou a pesquisa por meio do Parecer nº 4.563.893.

Executada entre os anos de 2021 e 2022, com o objetivo de coletar os dados desejados para o referido estudo, adotou-se a abordagem da pesquisa participante por meio da qual foi possível a participação das pesquisadoras junto às mulheres discentes com deficiência de diferentes Instituições de Educação Superior (IES) nordestinas. A metodologia adotada consiste “[...] numa investigação efetivada a partir da inserção e na interação do pesquisador ou da pesquisadora no grupo, comunidade ou instituição investigado” (Peruzzo, 2017, p.163).

A Pesquisa Participante permite a construção de conhecimento que é politicamente engajado sem negligenciar a metodologia científica, respeitando ainda, os rigores metodológicos, o controle intersubjetivo e a discussão aberta e irrestrita. Assim, a Pesquisa Participante tem compromisso com as mudanças concretas, especialmente voltadas para os grupos marginalizados (Demo, 2008).

Participantes da Pesquisa

Com o intuito de identificar as mulheres com deficiência matriculadas nas IES nordestinas, aplicamos um questionário *online*, enviado aos respectivos comitês/núcleos de inclusão e acessibilidade das instituições para coletar informações gerais sobre essas estudantes, como idade, curso, região geográfica de residência, condições de acessibilidade, entre outros aspectos.

A partir da disseminação do formulário, foi possível obter 17 respostas, as quais possibilitaram a identificação das necessidades específicas de acessibilidade de cada uma das discentes com deficiência, cujo intuito era potencializar a sua participação nos encontros remotos. Participaram da pesquisa 12 discentes com deficiência de IES localizadas nos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Além disso, registrou-se uma variedade de cursos, a saber: Engenharia Civil, Pedagogia, Biologia, Tecnologia de Gestão, e ainda a presença de uma mestrandona área das ciências humanas.

Destacamos ainda, que ao longo deste artigo, para fins de anonimato, recorremos ao uso do nome de pássaros, a saber: Neinei, Rouxinol, Beija-Flor, Saíra, Andorinha e Jandaia.

Encontros Remotos com as Participantes

Devido à dimensão geográfica, as reuniões foram conduzidas de forma remota, divididas em cinco sessões com duração média de 2h15 cada. No primeiro encontro, realizou-se a apresentação inicial da pesquisa e das participantes. A equipe responsável elaborou os roteiros para os encontros ocorridos no primeiro semestre de 2022, abor-

BEZERRA, A. V., FARIAS, A. Q. de, SILVA, J. S. S. da

dando os temas: acesso, permanência, participação e aprendizagem de mulheres discentes com deficiência no contexto da Educação Superior.

Em razão de seu caráter participante, ao decorrer dos relatos de experiências, as discentes e pesquisadoras envolvidas no estudo, compartilharam seus anseios e inquietações e também foram dialogadas entre o grupo sugestões para eliminação das barreiras cotidianamente enfrentadas por elas em seu percurso acadêmico.

Os encontros possibilitaram um processo rico para a coleta de dados, os quais foram transcritos, analisados e catalogados a partir dos eixos temáticos delimitados no roteiro, considerando ainda os marcadores: gênero e deficiência, os quais são atualmente compreendidos como categorias analíticas, o que representa um elemento inovador e significativo para os estudos de gênero e os estudos da deficiência, respectivamente.

Por fim, para a escrita deste artigo, utilizou-se os dados obtidos no quinto encontro, no qual foram narrados pelas participantes os desafios e avanços no tocante à aprendizagem na educação superior da região nordeste. Com base nesses relatos, apresentamos, a seguir, a análise dos dados à luz dos Estudos Feministas da Deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas palavras de Edgar Morin (2016) conhecer é ato de aventurar-se no mundo. Tal ação humana ocorre no campo das incertezas. A incerteza é parte da indagação socrática - “só sei que nada sei” -, que na concepção de Morin, aniquila o simplismo dos saberes primeiros, pois refina o conhecimento por meio de um constante movimento de busca (Morin, 2016). Assim, a incerteza não é algo necessariamente ruim na aventura do conhecimento, pois ela nos guia a outras verdades, outras formas de saber, de narrar, de conhecer e de compreender a realidade.

No campo das incertezas, como sair do modelo de Educação Superior inacessível, machista e capacitista para mulheres com deficiência, para um outro modelo mais justo, democrático e inclusivo? Neste artigo abordamos a questão do conhecimento para refletir sobre a aprendizagem na Educação Superior, à luz das narrativas de universitárias com deficiência.

Há séculos, teóricos clássicos, como Jean Piaget e Lev Vygotsky, defendem que a aprendizagem ocorre no plano cognitivo, mas depende da interação do indivíduo no mundo. Portanto, as experiências sociais são relevantes para a aprendizagem. Nesse contexto, além de ensinar o currículo formal, as instituições educacionais são espaços de socialização em que a aprendizagem ocorre por meio do diálogo e da interação entre diferentes grupos sociais.

Deste modo, a aprendizagem depende das condições sociais disponíveis. Esse percurso se fortalece por meio de processos de interação significativos no espaço comum e com os demais e, a partir daí, é possível explorar diferentes elementos das experiências discentes como socialização, cognição, afetividade, valorização das diferenças individuais e novas referências (Marinho-Araújo; Almeida, 2016). A “descoberta” do novo conhecimento se dá nas diferentes circunstâncias sociais e é o que oportuniza ao indivíduo novas conexões cerebrais, ou seja, novos saberes sobre o currículo.

Ao considerar a aprendizagem como uma atividade cognitiva que ocorre na interação com o ambiente e com as demais pessoas, as instituições de ensino, como as universidades, se configuram como um espaço significativo, corroborando para uma socialização com a diversidade de estudantes e o contato com diferentes situações de aprendizagem.

Por outro lado, grupos sociais que, historicamente, foram excluídos do convívio humano ou vivenciam experiências restritas de contato social, como as mulheres com deficiência, são marcados por menores oportunidades de aprendizagem. Essa barreira educacional perdura no sistema de ensino, atingindo inclusive a educação superior, por exemplo, quando há relatos de segregação dessas estudantes, dentro das salas de aula ou exclusão das atividades em grupo na universidade (Silva, 2014).

Vale ressaltar que os(as) professores fornecem os meios para os(as) estudantes aprenderem, mas ninguém detém do poder fazer outra pessoa aprender. A aprendizagem é um processo dinâmico e particular que emerge de situações significativas para os(as) estudantes. Por isso, um ambiente rico em oportunidades de interação e inclusivo é o mais adequado quando pensamos acerca da formação na educação superior.

Nesta perspectiva, para atingir o ideal de universidade inclusiva é necessário, antes de tudo, reconhecer o valor das diferenças humanas, conforme comenta a participante Jandaia:

[...] *Cada pessoa aprende diferente e muitas vezes aquele modelo de aula não corresponde ao jeito que o aluno aprende. Uns gostam de aprender em grupo, outros ali naquela tarefa sozinho, concentrado e em silêncio. Somos pessoas diferentes independente da deficiência* (Jandaia, 2022).

É importante destacar que, no âmbito das diferenças humanas, a deficiência é parte da diversidade discente e caracteriza-se como indicador para modificar práticas em prol da acessibilidade. No entanto, a deficiência não deve ser confundida com dificuldade de aprendizagem, isso porque há, no senso comum, a ideia de que se a pessoa possui uma deficiência, logo ela tem uma dificuldade de aprendizagem. Isso é um equívoco, pois muitas vezes, o problema está no arranjo da sala de aula ou no modo como o curso está organizado. Assim, antes de atribuir qualquer dificuldade cognitiva, é preciso perceber se o ambiente é o gerador de barreira.

O ambiente gera barreiras quando, por exemplo, mulheres com deficiência são discriminadas na universidade em razão de estereótipos associados à questão de gênero e deficiência, sobretudo, em áreas de conhecimento das Ciências Exatas e Tecnológicas (Silva, 2020). Geralmente, os estereótipos relacionados às mulheres com deficiência partem da visão limitante da capacidade intelectual, tal como aparece na fala de Andorinha:

[...] *quando eu fui participar do meu primeiro concurso público, minha mãe foi me levar para realizar as provas e disse aos aplicadores: 'eu vou deixar ela aqui na cadeira; pois faz pouco*

BEZERRA, A. V., FARIAS, A. Q. de, SILVA, J. S. S. da

tempo que ela perdeu a visão e ainda não consegue andar sozinha. Esse é um ambiente desconhecido para ela'. Eu tinha pedido uma ledora e, do nada, essa ledora começou a fazer várias perguntas, bem difíceis na época, para mim. Porque além de eu ser muito tímida, eram perguntas constrangedoras. Era como se por eu ser cega, não tivesse noção das coisas. Moral da história: A prova tinha 100 questões e mesmo me sentindo preparada não pude responder devido a interferência negativa da ledora. O tempo da prova inteiro foi ela me chamando coitadinha ou chorando. Dizendo que eu não ia conseguir. Mas, eu disse a ledora: "Lê a prova, por favor. Eu tenho uma chance, só não tenho se eu não conseguir responder. Mas leia, para que eu possa responder. Para dizer se eu vou conseguir ou não". Usamos todo o tempo e não chegamos nem na questão 10, porque a mulher não parava de chorar (Andorinha, 2022).

A abordagem de pena, compaixão e caridade vivenciada pelas pessoas com deficiência, tal como aparece no relato de Andorinha, é parte do processo histórico que, ainda hoje, afeta o cotidiano de mulheres com deficiência. No caso de Andorinha, a expressão de pena da ledora demonstra seu despreparo profissional, isso foi impedimento à candidata com deficiência de progredir no concurso público. Segundo Silva (2024) situações semelhantes acontecem nos exames vestibulares em que ainda há despreparo dos profissionais especializados, gerando barreiras no ingresso ao curso superior de candidatos com deficiência.

Em contraposição, o apoio coletivo é essencial para ampliar as possibilidades de aprendizagem das pessoas com deficiência na universidade. Saíra, mulher com deficiência visual, relata que a cooperação dos professores, coordenadores e do núcleo de acessibilidade da universidade foi essencial para garantir condições adequadas de participação e aprendizagem:

[...] Eu penso que quando eu me formei - eu como os demais colegas que se formaram comigo - estávamos preparados pela universidade para o mercado de trabalho. E num comparativo entre pessoas com e sem deficiência, eu considero que fiz um trabalho eficiente. O núcleo de Acessibilidade, a coordenação do curso e os professores fizeram um bom trabalho para que eu tivesse uma boa formação. Eu, enquanto pessoa com deficiência, e meus colegas também. Eu não queria fazer uma faculdade empurrando com a barriga. Eu queria fazer uma faculdade plenamente e eu acredito que eu fiz. Eu participei de tudo o que era oferecido e tentei dar o meu melhor. Senti que o elemento principal foi a insegurança pessoal, mas isso ocorre, independentemente, de ser ou não pessoa com deficiência. Dava medo em pensar em ir para o mercado de trabalho, de me deparar com as pessoas e de não saber o que fazer. Mas isso é uma insegurança natural. E que bom que somos assim, pois isso nos movimenta a melhorar e capacitarmos cada vez mais (Saíra, 2022).

O depoimento de Saíra nos leva a refletir que os desafios na formação acadêmico-profissional são muitos, mas quando há apoio institucional e motivação da pessoa com deficiência em buscar qualificação, é possível reduzir o medo e a inseguran-

ça que surgem no percurso educacional. Embora o medo e a insegurança sejam características comuns a qualquer pessoa, as mulheres com deficiência são, desde a infância, socializadas em “[...] processos de exclusão e desempoderamento, impossibilitando-as de desfrutar de direitos humanos básicos, como o direito à sexualidade, à educação, à cultura, ao lazer”, entre outros (Dantas; Silva; Carvalho, 2014, p. 557).

Por essa razão, a oportunidade de estar na Educação Superior vai além da aprendizagens curriculares, pois ajudam a romper com ciclos de opressão e barreiras, oportunizando situações que podem gerar maior autonomia e segurança nas tomadas de decisões, sobretudo, a grupos que foram tutelados ao longo de suas vidas, como acontece com muitas mulheres com deficiência.

Nesse contexto, Beija-flor relata que a universidade foi um espaço de grande relevância para a sua preparação pessoal e profissional:

[...] *Dante do aprendizado da universidade, saímos preparadas para o desempenho profissional? A universidade conseguiu nos formar para o mercado de trabalho? A minha resposta é sim. Eu consegui, apesar das barreiras, sair da universidade pronta para desempenhar as funções do mercado de trabalho. Embora eu me lembre que no primeiro dia de trabalho foi um medo danado, mas isso é natural. Mas, acho que a universidade conseguiu me deixar a par de todas as funções que eu iria exercer. Mas quando a universidade me deu o diploma, eu não sei até que ponto, ela acreditava que enquanto pessoa cega que eu pudesse desempenhar tais funções na sociedade* (Beija-Flor, 2022).

Beija-flor sente-se preparada no âmbito da formação profissional e acredita que a universidade cumpriu o seu papel na sua formação acadêmica. No entanto, a sua narrativa também traz, nas entrelinhas, desconfiança frente à real crença da comunidade universitária acerca da sua capacidade de exercer a profissão aprendida na educação superior. Essa percepção é resultado das consecutivas barreiras atitudinais que mulheres com deficiência enfrentam na educação superior, sobretudo, quando necessitam provar cotidianamente que são capazes de estar nesse espaço, lugar ainda de notável privilégio social (Silva, 2020).

Sobre esse ponto, Rouxinol chama atenção ao fato da universidade ainda ser pouco preparada para incluir mulheres com deficiência física:

[...] *Eu sou licenciada em Pedagogia, antes do AVC, e agora (após) estou no curso de Serviço Social. Bom, eu acredito que a universidade federal deixa muito a desejar. Como estudante com deficiência, acredito que atinjo minhas competências. De forma geral, a universidade segue cumprindo o papel básico. Mas pelo lado da inclusão social, está muito a desejar na instituição para a formação integral da mulher com deficiência. Isso a gente tem que discutir porque ainda tem muita, muita discussão mesmo* (Rouxinol, 2022).

BEZERRA, A. V., FARIAS, A. Q. de, SILVA, J. S. S. da

Tal como Rouxinol aponta, temáticas relativas às mulheres com deficiência na Educação Superior ainda carecem de discussão. Do mesmo modo, a questão da avaliação inclusiva nesta etapa de ensino é uma problemática que merece atenção nas políticas de inclusão e acessibilidade.

Na contramão disso, o capacitismo e a crença na incapacidade das pessoas com deficiência estão presentes no imaginário dos professores (Dantas; Silva; Carvalho, 2014; Silva, 2014) denúncia que, em muitos casos reprovam ou pontuam desenvolvimento inferior nas notas e médias das pessoas com deficiência em comparação aos estudantes com deficiência - sem que estes(as) professores(as) questionem a didática ou tipo de avaliação da aprendizagem escolhida na disciplina:

[...] *Alguns professores não querem incluir. Eu tenho uma experiência no semestre passado: Fizemos um trabalho de uma certa disciplina. E, nesse trabalho, eu fiquei com a parte da introdução. Também criei formulários para os professores responderem. Tivemos a apresentação do trabalho. No final, a professora perguntou: ‘você tem mais alguma coisa pra falar? A sua parte foi tão rápida’. E aí eu respondi a ela: ‘minha parte aqui da fala, mas o trabalho foi construído em conjunto’. Enfim, expliquei. No final de tudo, as minhas colegas tiraram nota 10 e eu tirei nota 7. Bom, a professora, quando eu fui cobrar, ela disse que iria atribuir nota 8 para minha participação. Mas a nota 8 foi apenas porque eu fui cobrar uma explicação* (Neinei, 2022).

A nota atribuída a Neinei é um evidente caso de discriminação, pois suas colegas sem deficiência receberam notas diferentes, mesmo a estudante expressando para a professora a sua participação no grupo. A professora em nenhum momento questionou sua escolha didática de avaliação e nem o fato da apresentação oral ser um desafio para estudantes com deficiência auditiva, como no caso de Neinei. Situações semelhantes a essa geram barreiras na trajetória acadêmica de pessoas com deficiência, chegando inclusive a ser o motivo de desistência do curso superior (Silva, 2014).

Devido às situações apresentadas nas narrativas das participantes, é possível perceber que a aprendizagem do currículo na Educação Superior não se resume às metodologias e às atividades na sala de aula, pois além disso, envolve expectativas docentes e a consciência acerca das barreiras atitudinais frente à percepção social, ainda limitada, da capacidade e desempenho cognitivo de mulheres com deficiência na carreira universitária. A conscientização acerca de barreiras atitudinais necessita transformar-se em ação coletiva para que ocorram, de fato, mudanças em prol de situações de aprendizagem, planejadas à luz dos princípios da inclusão e da equidade de gênero na didática e no currículo da educação superior.

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa objetivou analisar narrativas acerca de vivências na educação superior de mulheres com deficiência nordestinas com o foco na aprendizagem. A história situa a Educação Superior como um lugar de privilégio social, idealizado para as classes dominantes. O ingresso nos cursos superiores de grupos específicos, como mulheres com deficiência, é uma realidade histórica recente. Por essa razão, ainda são

muitos os obstáculos vivenciados por essas mulheres tanto no acesso à educação superior quanto na permanência e aprendizagem.

Portanto, a Educação Superior desempenha um papel fundamental na formação humana das mulheres com deficiência, conforme relato das participantes, pois além do currículo formal sobre a futura atuação profissional, é no espaço universitário que essas mulheres fortalecem o poder de tomada de decisões e podem ampliar seu repertório de aprendizagem por meio de interações com a comunidade universitária - realidade diferente da privação e exclusão total que este grupo foi submetido ao longo da história.

Especificamente, as situações de aprendizagem devem ser planejadas a partir da eliminação de barreiras atitudinais dos docentes e da abertura às diferenças de aprendizagem na sala de aula. As narrativas das participantes indicam que em, muitas situações, dentro e fora da universidade, elas se sentem subestimadas frente à percepção social limitante acerca da deficiência e do gênero, incluindo a discriminação, ainda que camouflada, de profissionais especializados - como no caso da ledora que sentiu pena de Andorinha e, por isso, não exerceu de forma adequada a sua função na prova do concurso realizada pela candidata com deficiência.

Para promover uma Educação Superior mais justa, democrática e inclusiva, é necessário que as instituições de educação superior reconheçam e valorizem as diferenças individuais, tornando suas práticas acessíveis para atender às necessidades e demandas de aprendizagem das estudantes com deficiência. Um ambiente rico em oportunidades de interação e livre de concepções machistas e capacitistas, como mencionado por Jandaia, participante do estudo, é fundamental para a aquisição de saberes relevantes na formação universitária, baseados no acolhimento e respeito às diferenças dos discentes.

Artigo recebido em: 28/04/2024
Aprovado para publicação em: 14/03/2025

NARRATIVES OF WOMEN STUDENTS WITH DISABILITIES ABOUT LEARNING IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: It is a discovery that political and legal advances since the beginning of the siglo have driven educational reforms for inclusive education in the Brazilian educational system. However, when it comes to the inclusion of specific groups in higher education, there is still invisibility of the barriers that face women with disabilities in higher education. Based on this problem, this investigation aims to analyze narratives of women with disabilities, from northwestern Brazil, about the conditions of learning in higher education. This study is based on Participant Research that involves dialogue with women with disabilities in remote meetings. The main results indicate that learning in higher education depends on different circumstances, above all, on the elimination of behavioral barriers in relation to teaching expectations regarding the capacity of students with disabilities to learn and exercise the profession acquired during university training.

BEZERRA, A. V., FARIAS, A. Q. de, SILVA, J. S. S. da

KEYWORDS: Women with Disabilities; Higher Education; Inclusion; Learning.

NARRATIVAS DE MUJERES ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD SOBRE EL APRENDIZAJE EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN: Es un hecho que los avances políticos y legales del inicio del siglo impulsaron reformas educativas para la educación inclusiva en el sistema educativo brasileño. Sin embargo, cuando se trata de la inclusión de grupos específicos en la educación superior, todavía hay invisibilidad de las barreras que enfrentan las mujeres con discapacidad en la formación universitaria. A partir de esta problemática, esta investigación tiene como objetivo analizar narrativas de mujeres con discapacidad, del norte-oeste brasileño, sobre las condiciones de aprendizaje en la educación superior. El presente estudio se basa en una Investigación Participante que involucró el diálogo con mujeres con discapacidad en reuniones remotas. Los principales resultados indican que el aprendizaje en la educación superior depende de diferentes circunstancias, sobre todo, de la eliminación de barreras actitudinales en relación a las expectativas docentes sobre la capacidad de las estudiantes con discapacidad para aprender y ejercer la profesión adquirida durante la formación universitaria.

PALABRAS CLAVE: Mujeres con Discapacidad; Educación Superior; Inclusión; Aprendizaje.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Andreza Vidal. Mulheres discentes com deficiência: uma análise da política de inclusão e acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba. 2024. [Doutorado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

BECHE, Rose Clér Estivalete; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. O que nos mostra a produção científica sobre as mulheres com deficiência no Ensino Superior?. **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, p. e48/1-30, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 23 abr. 2024.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2023.

BRASIL. **Documento orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Secretaria de Educação Superior, 2013.

DANTAS, Taís Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 20, n. 4, p. 555-568, dez. 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400007>>. acessos em 23 abr. 2024.

DEMO, P. **Pesquisa participante:** saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

Farias, A. Q. de, Bezerra, A. V., & Pita, F. H. F. R. (2023). **O acesso de mulheres com deficiência nas Universidades Federais nordestinas:** um diálogo interseccional à luz de contribuições feministas. *Eventos Pedagógicos*, 14(3), 591–602.

FLORES, Sharon Rigazzo. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. **Revista internacional de educação superior**, v. 3, n. 2, p. 401-416, 2017.

MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; ALMEIDA, Leandro S. Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação superior. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, 2017.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários a Educação do Futuro. **Sustinere-Revista de Saúde e Educação**, v. 4, n. 1, p. 161-162, 2016.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. **Acessibilidade, barreiras e superação:** estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior. Dissertação (mestrado em educação) Universidade Federal da Paraíba, Brasil: 2014.

BEZERRA, A. V., FARIAS, A. Q. de, SILVA, J. S. S. da

SILVA, Jackeline Susann Souza da . A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-24, 2020.

ANDREZA VIDAL BEZERRA: Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na linha Educação e Inclusão em Contextos Educacionais e Mestre pela mesma instituição. Licenciada em Pedagogia com habilitação em Educação Especial pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seu interesse de pesquisa centra-se nas Políticas Educacionais de inclusão e acessibilidade para as estudantes com deficiência na educação superior. Possui publicações em livros, revistas e eventos científicos relacionados aos temas: Capacitismo, Estudos Feministas e interseccionais da deficiência. Além disso, desenvolve ações que contemplam a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7210-2853>

Email: andrezavidal@hotmail.com

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS: Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente, é professora de Educação Especial no Departamento de Habilidades Pedagógicas (DHP/UFPB). Assessora de Educação e Cultura da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e colaboradora do Instituto dos Cegos de Campina Grande. Tem experiência na área de Inclusão Escolar e Social das Pessoas com Deficiência e discute temáticas como Capacitismo, Estudos da Deficiência e Feminismo, numa perspectiva interseccional, discutindo ainda as Barreiras Atitudinais experienciadas por estudantes com deficiência, particularmente no âmbito do Ensino Superior. Desde 2018 atua na Formação Docente voltada para Educação Especial numa perspectiva inclusiva, coordenando cursos de aperfeiçoamento e especialização Lato Sensu em parceria com o Ministério da Educação.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5377-6529>

Email: adenize.queiroz@gmail.com

JACKELINE SUSANN SOUZA DA SILVA: Professora Adjunta na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Educação pela Universidad de Salamanca (Espanha). Mestre em Educação e Licenciada em Pedagogia pela UFPB. Graduanda em Letras-Líbras (UNICesumar). Foi pesquisadora visitante na Universidade de Coimbra (UC-Portugal) e no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP. Colaborou no Observatório Nacional da Educação Especial (UFSCar). É assessora de gestão no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAAI) da FAFIDAM / UECE. Desenvolve consultorias, relatórios técnicos e textos científicos para periódicos e instituições nacionais e internacionais. É revisora ad hoc de projetos de pesquisa e artigos científicos interdisciplinares. Coordena projetos de monitoria, pesquisa e extensão nas temáticas de Estudos da Deficiência, Acessibilidade e Educação Superior.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9779-7663>

Email: jackeline.susann@uece.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto
(*Open Archives Initiative - OAI*).